

GÊNERO E DOCÊNCIA: O HOMEM NO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Maria Elaine Almeida do Nascimento¹
Arlene Maria de Oliveira Chaves²

RESUMO

O presente artigo tem como objeto de estudo as questões de gênero relacionadas à divisão sexual do trabalho, com foco no preconceito acerca da atuação docente do sexo masculino nas salas de aula de educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental. A docência para crianças pequenas geralmente é exercida por mulheres e nesse contexto a presença masculina fica invisibilizada, desconsiderando os discursos sobre a equidade de gênero e da diversidade existente no século XXI. Sendo assim, a pesquisa buscou analisar a vivência de um professor dos anos iniciais, envolvendo sua trajetória acadêmica e profissional. Teoricamente foram abordados os discursos que tratam do magistério infantil na perspectiva do caráter feminizado da profissão. Para tal, utilizou-se uma abordagem qualitativa, através da entrevista semiestruturada com um professor polivalente, atuante no município de Alagoa Grande - Paraíba. Essa pesquisa mostra-se relevante por ampliar os debates sobre as questões de gênero e contribuir com a valorização desses profissionais. Durante a investigação foi possível perceber que, embora ocorra em proporção menor, o homem também tem sido alvo de preconceitos mediante sua escolha profissional, esse fato tem contribuído, principalmente, para reforçar a ideia da mulher como cuidadora e do homem como provedor.

Palavras-chave: Gênero, Docência, Homem, Escolha Profissional, Equidade.

INTRODUÇÃO

Compreender os motivos pelos quais os homens ainda são minorias na docência da educação infantil tem sido algo provocativo desde a época que ingressei na área da educação. Encarar uma profissão vítima de tantos preconceitos (sexual e social) quando se trata do sexo masculino, não é um fator estimulante nem atraente. Diante disso, a pesquisa em questão surgiu de um problema existente desde o curso de magistério: o preconceito social referente à atuação docente do sexo masculino nas etapas iniciais da educação básica. Por meio de observações enquanto colega de classe de homens no curso de Pedagogia, professora do curso do magistério, e colega de trabalho de professores, esse tema me instigou a buscar respostas para alguns questionamentos: como, por que e por quem preconceitos e discriminações são

¹ Graduada em Pedagogia e especialista em Gênero e Diversidade na Escola pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB; mestranda em Formação de Professores pelo Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, elaine.pedagogia.ufpb@gmail.com;

² Graduada em Pedagogia com área de aprofundamento em Educação do Campo pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB; graduada em Letras e mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, ambos pela Universidade Federal do Ceará - UFC, arilenechaves@hotmail.com.

comumente manifestados contra homens na profissão docente de educação infantil e fundamental? Através do estudo dessas indagações é possível viabilizar a valorização de homens e mulheres dentro da profissão, já que o magistério, na percepção social, está respaldado na feminização, deixando à margem pessoas do sexo masculino que, mesmo tendo habilidade para atuar nesse campo não têm oportunidade de se dedicar àquilo que lhes dá prazer.

Partindo desse pressuposto, o objetivo geral deste trabalho é analisar a vivência de um professor dos anos iniciais, envolvendo sua trajetória acadêmica e profissional, considerando que esses sujeitos são alvo de diversos preconceitos quando ingressam em uma profissão culturalmente feminina. Como objetivos específicos, buscamos compreender o contexto da desigualdade de gênero no que se refere à divisão sexual do trabalho no âmbito educacional; identificar os motivos da escassez de homens nos quadros docentes da educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental no município de Alagoa Grande – PB; e entrevistar um professor dos anos iniciais da educação básica, analisando os preconceitos enfrentados por ele mediante sua escolha profissional.

Portanto, na tentativa de ampliar os diálogos sobre as questões de gênero, esse estudo é importante para contribuir com a valorização desses profissionais, reconhecendo-os como aptos a atuarem em sua profissão, independente do sexo ou gênero, fortalecendo com isso a formação docente e o (re) conhecimento por parte da sociedade.

Para desmistificar que a profissão docente não é especificamente feminina, mas que pode ser exercida por qualquer sujeito que se qualificar para tal, foi preciso entender a História da Educação brasileira bem como aprofundar estudos sobre identidade e gênero, temáticas já investigadas por Ferreira (2008), Louro (1997), Catani (2000) e Carvalho (1999), os quais serão utilizados como suporte teórico para fundamentar o estudo.

Como metodologia, adotamos um estudo de caso com uma abordagem qualitativa. A pesquisa em questão foi realizada fazendo uso de uma entrevista semiestruturada. Para expor a problemática referente às questões de gênero relacionadas à divisão sexual do trabalho, o artigo foi dividido em tópicos, estruturados da seguinte forma: o primeiro tópico traz uma abordagem teórica e metodológica acerca das discussões à luz da temática de gênero e docência; e o segundo apresenta os resultados e discussões com base nas vivências de um professor polivalente, desde sua formação acadêmica até o exercício da profissão. Essa leitura é fundamental para um educador que se preocupa com o direito de igualdade e liberdade de cada sujeito, reconhecendo homens e mulheres num patamar de equidade dentro da perspectiva profissional, bem como nos mais diversos aspectos sociais.

ABORDAGEM TEÓRICA E METODOLÓGICA

Os discursos acerca das questões de gênero têm oportunizado e ampliado a compreensão do seu significado. O conceito de gênero surge de um diálogo entre o movimento feminista e suas teóricas e as pesquisadoras de diversas disciplinas do currículo escolar, tais como história, sociologia, antropologia, entre outras. (GDE, 2009, p.25)

Muitas pessoas ainda tendem a confundir gênero e sexo, porém é preciso esclarecer as diferenças existentes entre esses conceitos, uma vez que sexo está relacionado com os aspectos biofisiológicos referentes às diferenças corporais entre homem e mulher; e gênero está ligado à forma como a sociedade cria os diferentes papéis sociais e comportamentos relacionados aos homens e as mulheres. Sintetizando, “é a cultura que constrói o gênero, simbolizando as atividades como masculinas e femininas”. (GDE, 2009, p.25)

Os Parâmetros Curriculares Nacionais conceituam gênero como

o conjunto das representações sociais e culturais construídas a partir da diferença biológica dos sexos. Enquanto o sexo diz respeito ao atributo anatômico, no conceito de gênero toma-se o desenvolvimento das noções de “masculino” e “feminino” como construção social. (BRASIL, 2004, p. 321)

Diante disso, e após entender que as diferenças existentes entre os comportamentos e os lugares ocupados por homens e mulheres no meio social, é fácil perceber que a justificativa para tais diferenças não é proveniente da natureza e sim das diversas culturas predominantes no contexto social em que estamos inseridos.

É preciso refletir sobre o quanto nossa sociedade tem sido injusta, principalmente quando se trata da figura feminina, pois ao falar em gênero logo associamos à inferioridade da mulher no meio social. Sobre isso, os PCN afirmam que as diferenças de gênero

historicamente tem privilegiado os homens, na medida em que a sociedade não tem oferecido as mesmas oportunidades de inserção social e exercício de cidadania a homens e mulheres. Mesmo com a grande transformação dos costumes e dos valores que vêm ocorrendo nas últimas décadas, ainda persistem muitas discriminações, por vezes encobertas, relacionadas ao gênero. (BRASIL, 2004, p. 322)

O que talvez não saibamos ou talvez não tomemos conhecimento é que os discursos de gênero, na prática, perpassam a fragilidade feminina e em algumas situações atingem também o sexo masculino.

Desde a infância, ainda no meio familiar, as crianças são “moldadas” em um modelo educacional que restringe espaços, brincadeiras, vestuário, gestos, comportamentos e

vocabulário, separando-os por categorias, ou seja, existe uma separação entre atitudes específicas para meninos e atitudes específicas para meninas. Do mesmo modo acontece no ambiente escolar, ao adentrar os muros da escola o mesmo modelo hostilizado passa a ser reproduzido, reforçando com isso as desigualdades de gênero, e assim as crianças vão se tornando adultos/as com percepções diferenciadas sobre a posição que devem ocupar dentro da família. Ao homem fica a responsabilidade do sustento familiar e a mulher fica a responsabilidade de cuidar da casa e de educar os filhos/as.

Segundo GDE (2009, p. 30):

O modo tradicional de organização familiar – mulher cuidadora e homem provedor – implica uma rígida hierarquia moral que estabelece posições sociais e deveres próprios a cada um, conforme a inserção de gênero e de geração, refletindo-se em outras instâncias sociais.

Durante o brincar as desigualdades de gênero são reforçadas ainda mais, pois dificilmente encontramos meninos brincando de boneca, de escolinha, de casinha, tão pouco meninas brincando de motorista, de mecânica etc. Geralmente quando isso acontece os próprios familiares tratam de abolir tais atitudes, pois “qualquer inadaptação ou desvio de conduta corre o risco de ser duramente criticada/o ou discriminada/o socialmente”. (GDE, 2009, p. 27)

A partir daí surge aquilo que chamamos de divisão sexual do trabalho e esse fato é bastante comum quando nos debruçamos sobre a temática de gênero e profissões, mas especificamente, no caso dos homens, quando nos referimos sobre a docência infantil, profissão essa típica [culturalmente] do universo feminino.

Autores como Rousseau (1712 – 1778), Pestalozzi (1746 – 1827) e Froebel (1728 – 1852) já apontavam, no contexto da história da educação brasileira, que uma das principais características da Educação Infantil era a presença unânime da mulher na condição de educadora nata, enxergando nela todas as qualidades essenciais para educar as crianças. Segundo estes autores, somente as mulheres estavam aptas para atuar de maneira eficaz na educação da primeira infância, tanto que os termos utilizados nessa fase da educação básica são sexistas, entre eles mãe, tia, professorinha etc. – considerando que elas, as mulheres, têm o dom de ser mãe, de ser cuidadora, de ocupar o espaço representado pela mãe quando a criança está fora de casa.

Não só é comum que elas escolham carreiras no campo do ensino [...] como se supõe serem tais atividades uma extensão para o espaço público das tradicionais tarefas que as mulheres já desenvolvem no ambiente doméstico. Assim, espera-se que possam conciliar melhor o desempenho profissional e os encargos da maternidade e do cuidado com a família. (GDE, 2009, p. 88)

Nesse contexto, a presença masculina dentro do ambiente escolar fica ofuscada e a educação infantil passa a ser vista como uma extensão do lar e assim de responsabilidade das mulheres. Por meio dessa visão arcaica deixamos de lado os discursos acerca da equidade de gênero, esquecemos a diversidade existente no século XXI e acabamos reproduzindo comportamentos dos séculos passados.

Além disso, quando associamos a educação infantil como uma extensão do lar, ignoramos as políticas educacionais que regulamentam esse segmento da educação. Infelizmente a escola ainda está longe de aceitar o homem como professor de educação infantil, pois além de existir muitas barreiras sexistas, não se problematiza essa questão diante dos sujeitos envolvidos no processo educativo, porém, apesar disso, a escola é um dos caminhos para desconstruir esse preconceito que está enraizado ao longo do tempo, atuando na quebra de paradigmas, bem como se tornando um ambiente com o mínimo de desencontros possíveis em suas ações, ou seja, a escola enquanto propulsora da igualdade tem o dever de ajudar a eliminar os estereótipos de gênero, por isso as ações propostas por ela deve condizer com a prática.

Para GDE (2009, p. 27)

A escola precisa ter consciência de que sua atuação não é neutra [...], que tem a responsabilidade de não concorrer para o reforço e o aumento da discriminação e dos preconceitos [...] contra todos que não correspondem a um ideal de masculinidade e feminilidade dominantes.

De acordo com Ferreira (2008, p. 26) os discursos que tratam do magistério infantil têm enfatizado o caráter feminizado da profissão. Isso é verdadeiro tomando por referência a quantidade de professoras em relação ao número de professores o que, segundo Carvalho (1999), resultou também em novas representações do ensino, de escola, de criança, de feminilidade e masculinidade. As mulheres, ao assumirem a escola em quase todas as funções, imprimiram um jeito feminino de ver o mundo (CATANI et al. 2000), um jeito construído com base em crenças, valores e práticas cotidianas. Essa concepção oculta a presença masculina dentro do contexto educativo, omitindo a participação de homens em muitas descobertas feitas ao longo dos tempos na área da educação conforme afirma Louro, quando diz que

ainda que as agentes do ensino possam ser mulheres, elas se ocupam de um universo marcadamente masculino – não apenas porque as diferentes disciplinas escolares se constituíram pela ótica dos homens, mas porque a seleção, a produção e a transmissão dos conhecimentos [em grande parte – grifo nosso] (...) são masculinos (LOURO, 1997, p. 89)

Desde o seu nascimento, a instituição escolar sempre foi regida por homens e no Brasil isso não aconteceu diferente. A entrada de mulheres nas salas de aula para atuarem na docência somente foi permitida no século XIX e para entender em que contexto se deu esse fato é preciso fazer uma breve retrospectiva acerca da história da educação no Brasil, no que se refere à mulher docente. Com a Lei Geral do Ensino, de 15 de outubro de 1827 destaca-se a primeira ideia de inserção da mulher na condição de formadora e professora na sociedade de então. Porém, apesar da lei, nada saiu do papel. Embora os discursos se multiplicassem em prol da possibilidade de atuação das mulheres nas escolas elementares, nunca conseguiram implantar um curso feminino para a formação de mestras. Segundo Villela (2000, p.121) “em geral, se previa a presença feminina, mas se atrapalhavam na hora de colocar a ideia em prática.” Louro (2001) afirma que a expansão das escolas normais e o processo de urbanização e de industrialização que ampliou as oportunidades de trabalho para os homens, abriu espaço para a inserção da mulher na vida social. A partir daí acontece, dentro desse contexto, o que conhecemos por feminização do magistério, o que respingou certos “preconceitos” na nossa sociedade por muitos séculos. No entanto, esse não foi um período tranquilo, muitas críticas e resistências aconteceram, pois isso significava a perda de um espaço profissional que até então era apenas dos homens.

Podemos dizer que as relações de gênero e docência estão dispostas em uma linha do tempo que toma como referência dois períodos: antes e depois do século XIX, ou seja, antes o magistério era marcadamente masculino e após o magistério passou a ser marcadamente feminino, considerando os estudos desenvolvidos por Louro (1997).

Nesse contexto as mulheres foram tidas como mais eficientes, uma vez que o magistério exigia certas “qualidades femininas”, como bondade, doçura, paciência, entre outras. Assim, segundo Eugênio (2010) a feminização do magistério não deve ser compreendida apenas como a presença maciça de mulheres nos quadros docentes, mas a adequação do magistério a características como cuidado, associadas historicamente ao feminino. Essa relação com o feminino deve-se à associação das características do trabalho na Educação Infantil à “produção humana”.

A educação infantil - tanto na vertente creche quanto na vertente pré-escola - é uma atividade historicamente vinculada à “produção humana” e considerada de gênero feminino, tendo, além disso, sido sempre exercida por mulheres, diferentemente de outros níveis educacionais, que podem estar mais ou menos associados à produção da vida e de riquezas. Isto é, diferentemente de outras formas de ensino, que eram ocupações masculinas e se feminizaram, as atividades do jardim-da-infância e de assistência social voltadas à infância pobre iniciaram-se como vocações femininas no século

XIX, tendo ideais diferentes das ocupações masculinas que evoluíram no mesmo período. (ROSEMBERG, 1999, p. 11)

Devido à crescente predominância feminina no ensino dos anos iniciais, o que segundo Carvalho (1999) já vem desde os anos 20 do século passado, é recorrente a existência de práticas de invisibilização dos homens professores, considerando que dentre os docentes em nosso país 81,3% são mulheres e 18,6% são homens, isso de um modo geral, sem considerar a etapa da educação básica em que atuam, de acordo com a pesquisa realizada pela UNESCO e publicada em 2004.

Baseado nas ideias da referida autora, é possível perceber que pouco se tem escrito, no campo educacional, sobre os professores do sexo masculino, levando em consideração suas identidades de gênero. Concentrados na área de psicologia social, a maioria desses estudos tendem a focalizar as possíveis consequências do sexo do professor ou professora para o aprendizado e a aquisição de papéis sexuais em meninos e meninas. Eugênio (2010) compartilha ainda do pensamento de Silva (2006, p. 326) sobre a relação de professores com as crianças, via discussão do corpo e da construção de suas masculinidades, o qual explica que “a estética corporal dos professores do modo como é por cada um experimentada, passa pelos desafios de romper com barreiras individuais que cada um carregou (e/ou ainda carrega) em si, devido a sua subjetividade e experiências, como também pelo social”.

Dentre as várias pesquisas já realizadas sobre a discussão da presença masculina no magistério, os estudos de Saporoli (1997; 1998) possuem grande relevância para o contexto brasileiro, uma vez que suas pesquisas compõem os primeiros estudos acerca da referida temática no nosso país.

É possível perceber por meio dos achados da autora citada que os principais obstáculos que impedem o aumento da participação de homens na docência na Educação Infantil se relacionam com os “mitos sobre masculinidade”, com a questão dessa área profissional ser ocupada preferencialmente por mulheres, com os baixos salários, com as condições inadequadas de emprego, com o baixo status da profissão e, principalmente, com as preocupações relacionadas à possibilidade de abuso contra a criança, em uma associação da masculinidade à violência.

Entre os aspectos levantados por Saporoli (1998) existem os que se enquadram tanto no contexto feminino quanto no masculino, segundo a perspectiva da equidade de gênero relacionada às profissões, porém, alguns deles referem-se, especificamente, à questão da masculinidade, como por exemplo, os “mitos” e a associação do homem com uma pessoa capaz de cometer abusos.

Em contrapartida, algumas pesquisas, a exemplo dos estudos de Erden et al. (2011), apresentam os benefícios que a atuação masculina no contexto infantil pode acarretar, ou seja, o professor possivelmente pode suprir a ausência do pai, da mesma forma que a professora, muitas vezes, supre a ausência da mãe. Além disso, a presença masculina na educação infantil pode proporcionar positivamente modelos do papel masculino para as crianças, e pode ainda despertar o interesse dos meninos pelos estudos, proporcionando equidade de gênero na profissão.

Não pretendemos aqui julgar quem tem mais contribuições para a educação ou para a produção do conhecimento, apenas colocar em um mesmo patamar homens e mulheres, estabelecendo assim a equidade de gênero referente ao magistério da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental.

Para a concretização dessa pesquisa utilizou-se um estudo de caso com uma abordagem qualitativa, que proporcionou o suporte necessário para a reflexão e os questionamentos sobre gênero e docência. Na perspectiva de Merriam (1988, apud André 2005), o conhecimento gerado a partir do estudo de caso é diferente do conhecimento gerado a partir de outras pesquisas porque é mais concreto, mais contextualizado, mais voltado para a interpretação do leitor e baseado em populações de referência determinadas pelo leitor.

Para desenvolver esse trabalho o ambiente de investigação e coleta de dados foi a Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Cândido Régis de Brito, Alagoa Grande-PB. A escola atende a uma clientela do Ensino Infantil e Fundamental, funcionando, atualmente, nos turnos manhã e tarde. A escola está inserida numa comunidade rural, formada por pessoas que possuem, no geral, baixo nível de escolaridade e exercem profissões com baixo nível salarial, tais como empregadas domésticas, auxiliares de serviços gerais, cozinheiras/os, agricultores (em sua grande maioria), pedreiros, porteiros, vigilantes, costureiras, pequenos comerciantes, entre outras.

Considerando fazer uma análise acerca da opção pela docência de um professor e os preconceitos sofridos decorrentes dessa escolha profissional, objetivou-se conhecer a trajetória acadêmica e profissional de um homem que mergulhou em um “mundo” considerado, dentro de uma visão sócio-histórica e cultural, feminino. O professor entrevistado, a quem chamaremos pelo pseudônimo José, é o único professor polivalente da escola, campo dessa pesquisa. Ele tem 52 (cinquenta e dois) anos e é formado no magistério há 16 (dezesesseis) anos, possui graduação em Pedagogia e Pós-Graduação em nível de especialização em Supervisão e Orientação Escolar. Foi entrevistado um único sujeito devido

à escassez de professores homens atuantes na educação infantil ou nos anos iniciais do ensino fundamental no município de Alagoa Grande.

A coleta de dados, através da entrevista, foi realizada na escola campo de pesquisa, particularmente, no horário do intervalo/recreio. O acesso ao ambiente e a abordagem ao professor foi realizada com a autorização e consentimento da gestão escolar, sendo em todos os contatos explicitada a temática a ser trabalhada bem como a importância da participação e do consentimento de todos/as para que a pesquisa alcançasse seus objetivos em sua plenitude.

A entrevista semiestruturada foi realizada tendo em vista analisar a relação existente entre gênero e docência, com foco na presença masculina no exercício do magistério na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental. Sendo assim, foi utilizado um roteiro simples, a fim de traçar caminhos futuros para a organização e análise dos dados da pesquisa. Através da entrevista

o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa despreziosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos autores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada (NETO et al. 1994, p. 57)

A entrevista tratou sobre as seguintes questões: os motivos que o levaram a escolher uma profissão tipicamente feminina; os desafios enfrentados durante sua formação acadêmica; os preconceitos de gênero sofridos durante a formação e atuação docente; a reação dos familiares em tê-lo como professor de seus filhos; dentre outras. Vale salientar a necessidade de retorno ao campo da pesquisa, tendo em vista que durante a análise vieram à tona algumas lacunas na fala do professor e alguns questionamentos que ficaram obscuros, achando por bem voltar a uma segunda entrevista a fim de esclarecer algumas questões pertinentes às discussões sobre gênero e docência na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental.

Essa investigação teve a intenção de ampliar os diálogos sobre as questões de gênero relacionadas à divisão sexual do trabalho e do conhecimento acerca da temática, buscando contribuir com a valorização desses profissionais e reconhecendo-os como aptos a atuarem em sua profissão de escolha independente do gênero, fortalecendo com isso a formação docente e o (re) conhecimento por parte da sociedade. Segundo Deslandes et al. (1994), um trabalho como esse, possibilita a produção de conhecimentos e dá continuidade ao propósito de sondar a realidade e desvendar seus segredos.

Os dados da entrevista foram analisados qualitativamente, conforme já exposto, relacionando-a a uma análise da literatura utilizada neste escrito com o uso de trabalhos e obras que enriqueceram a temática, além de pesquisas distintas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Analisando os comentários e/ou respostas de José foi possível perceber que sua escolha pela profissão docente aconteceu por acaso, já que quando concluiu o ensino médio não conseguiu ser aprovado no vestibular para Ciências Agrônomicas, foi quando “por falta de opção” decidiu frequentar um curso pedagógico e somente a partir do estágio começou a sentir prazer quando oportunizava momentos de aprendizagem para os/as alunos/as.

Prestei meu primeiro vestibular em 1981, aos 18 anos de idade. Naquela época, os cursos mais concorridos eram medicina e agronomia. Como meu pai era muito envolvido com o campo, decidi prestar vestibular para agronomia, porém a quantidade de pontos não foi suficiente para entrar no curso. No ano seguinte, consegui ser aprovado no curso de economia, porém, como era muito apegado aos meus pais, desisti. Foi então que decidi frequentar o curso pedagógico com o objetivo de enriquecer meus conhecimentos. No entanto, somente durante os estágios de observação comecei a sentir gosto pela profissão docente. (José, pedagogo. Junho de 2015)

É possível perceber na fala de José que, além de falta de opção, o fator familiar contribuiu para que ele optasse pela profissão docente, pois não queria abandonar seus pais para se aventurar em outra cidade para cursar aquilo que realmente lhe interessava na época. O professor sujeito da pesquisa é natural de um município de pequeno porte, que não possui muitas opções de emprego, restando apenas o comércio ou o órgão municipal como vínculo empregatício. Esse aspecto pode ter sido favorável na escolha feita por José, pois assim ele teria uma profissão, teria um emprego e ao mesmo tempo estaria ao lado dos seus pais.

De acordo com Jesus (2002) é preciso considerar que a escolha profissional, não só a profissão docente, mas qualquer outra profissão sofre influências decorrentes de dois tipos de fatores: extrínsecos, que estão relacionados com as influências do meio social; e intrínsecos, que mantém relação direta com fatores internos do sujeito.

Nesse sentido, considerando a profissão docente, podemos elencar como fatores extrínsecos a empregabilidade, rentabilidade, necessidade de emprego, falta de opção/oportunidade, entre outras características. Como fatores intrínsecos, o gosto por

crianças, pela profissão, por mediar conhecimentos, bem como o exemplo familiar, a vontade de transformar pessoas e a sociedade, enfim. Em sua análise, o autor diz que “[...] sobretudo fatores intrínsecos à atividade docente que mais influenciam a escolha desta profissão, nomeadamente o gostar de ensinar e de contribuir para o desenvolvimento dos alunos.” Nesse sentido, a escolha de José está, consideravelmente, mais associada aos fatores extrínsecos do que intrínsecos, pelo menos no momento inicial. Porém, ele afirma que após ingressar na profissão passou a ter gosto pelo que faz, passou a sentir prazer em ensinar.

Em seu processo acadêmico o professor José afirmou que sempre se identificava com as disciplinas de Ciências e Matemática, fato esse que pode justificar o interesse que tinha em cursar Agronomia ou Economia, e que hoje, mesmo sabendo que um professor polivalente precisa gostar de todas as disciplinas, uma vez que o conhecimento deve ser construído de forma interdisciplinar, ele ainda afirma gostar das mesmas disciplinas com as quais se identificava enquanto aluno, ou seja, Ciências e Matemática.

Durante a entrevista, José deixou transparecer que sempre se identificou com o 4º e 5º ano do Ensino Fundamental, tanto que nunca atuou na educação infantil e nem nos anos que compõem o ciclo de alfabetização (1º, 2º e 3º ano), embora tenha curiosidade e se sinta desafiado. É fácil perceber que, geralmente, os professores polivalentes estão inseridos no 4º e 5º ano, esse fato é proveniente da concepção de que o cuidado de crianças pequenas está relacionado à maternidade e, portanto, deve ser uma tarefa para mulheres, concepção essa construída nas bases de uma perspectiva cultural que já se encontra ultrapassada e diluída nos livros de História, porém, que ainda predomina na realidade atual, algo proveniente da feminização do magistério.

Historicamente a educação das crianças pequenas vem sendo, em grande parte das culturas, uma atribuição do universo feminino, portanto, ocupação exercida por quem é considerado inferior, frágil, o que proporciona certa polêmica do trabalho docente masculino na educação infantil e nas séries iniciais. (CUNHA, 2012)

Se observarmos dados relativos ao município de Alagoa Grande, é possível perceber uma grande disparidade com relação ao número de profissionais homens atuantes no magistério nas primeiras etapas da educação básica. Dos 187 professores polivalentes efetivos na rede municipal de ensino, 92,5% são mulheres e 7,5% são homens, segundo dados colhidos no Portal da Transparência (2015) do referido município. Desse total de homens, tomamos conhecimento de que apenas quatro deles estão atualmente exercendo a profissão para qual foram designados de acordo com suas portarias, ou seja, de um total de 14 professores polivalentes apenas 4 (quatro) estão lecionando na primeira fase do ensino

fundamental, estando distribuídos entre 4º e 5º anos. Os demais professores, provavelmente, encontram-se em desvio de função. Será que tais professores estão exercendo outras funções por opção ou falta de oportunidade de atuar em outros anos? Se foram retirados da sala de aula, que funções estão ocupando atualmente? Devemos considerar que, no contexto da feminização do magistério, as mulheres foram tidas como mais eficientes, uma vez que o magistério exigia certas “qualidades femininas”, como bondade, doçura, paciência, entre outras. Assim, segundo Eugênio (2010) a feminização do magistério não deve ser compreendida apenas como a presença maciça de mulheres nos quadros docentes, mas a adequação do magistério a características como cuidado, associadas historicamente ao feminino.

Embora todo o diálogo tenha sido satisfatório, me chamou bastante atenção quando perguntei se José já havia sofrido ou sofre atualmente alguma forma de preconceito mediante sua escolha profissional pelo fato de ser homem. Sobre isso, Lígia Amâncio (1998, p. 15) lembra que o preconceito de gênero tem origem na “forma de pensamento social que diferencia valorativamente os modelos de pessoa masculina e feminina e as funções sociais dos dois sexos na sociedade”. Segundo ela, o importante é analisar o pensamento social sobre as diferenças entre o masculino e o feminino e não entre homens e mulheres, pois ambos são responsáveis pela igualdade de gênero, uma vez que as discriminações de gênero não são atribuídas nem só às mulheres nem só aos homens.

O professor José falou que atualmente não sofre preconceito, mas que no início da carreira alguns pais e mães tiveram dificuldades de aceitá-lo na profissão pelo fato de ser do sexo masculino, porém, afirmou que o maior preconceito ele sofreu na época em que ingressou no curso do magistério, por parte dos próprios “amigos”, os quais alegavam que a docência era profissão de mulher, já que na época era bem difícil encontrar professor homem:

Sofri preconceito no início da profissão pelos meus próprios amigos. Pois, eles gostavam de me “gozar”, falando que a profissão de professor era para mulheres. E, por parte de alguns pais que não aceitavam por eu ser do sexo masculino. (José, pedagogo. Junho de 2015)

Ainda segundo José, o único problema que enfrentou durante sua formação acadêmica foi com relação ao pequeno número de homens na turma, proveniente de uma cultura que entende docência de crianças pequenas como algo exclusivamente feminino.

Não sofri nenhum tipo de preconceito durante minha formação acadêmica. O único problema era que o número de homem na turma era o mínimo. Isso, ainda persiste até hoje, devido a uma cultura em que muitos vêem o curso de pedagogia exclusivo para o sexo feminino. (José, pedagogo. Outubro de 2015)

O professor disse que não demorou a se inserir no mercado de trabalho após sua formação, pois já tinha experiência como professor substituto. Hoje, ele se autoavalia como um professor um pouco diferente da época em que iniciou sua carreira, pois procura melhorar a cada dia sua metodologia através de encontros pedagógicos e outras formações, sempre na área educacional. Sendo assim, considera que está dentro dos padrões que a própria carreira exige, ou seja, ser um educador eclético, sempre em busca de novos horizontes para melhorar sua prática, independente de seu gênero sexual.

Para ele a presença de homens na profissão docente de crianças pequenas é algo normal, pois o que vale é a experiência, o compromisso e acima de tudo fazer o que gosta, porém, explicou que o único obstáculo seria os próprios alunos. Rapidamente ele completou que pelo fato da relação entre a mulher e o magistério ser uma construção cultural, as crianças estão acostumadas a ver em filmes, novelas etc., professoras e não professor, assim, sempre estão naquela expectativa de conhecer a “sua tia” ficando um pouco constrangidos/as no início, ou talvez até um pouco frustrados/as e decepcionados/as, mas logo se adaptam.

Contudo, o professor finalizou a entrevista dizendo que talvez a estratégia utilizada para colocar professores homens no 4º e 5º ano seja na tentativa de conter a indisciplina, já que os alunos se retraem mais com a presença de homens do que de mulheres. Segundo ele, esse é o discurso da maioria das mães e dos pais nas reuniões bimestrais, e afirma que sempre recebeu elogios dos familiares dos seus alunos. “Eles sempre falam que acham melhor que o professor dos seus filhos sejam homens, pois os alunos temem mais, respeitam mais.” (José, pedagogo, junho/2015)

Essa é uma posição machista e a intenção é justamente o contrário, isto é, estabelecer uma equidade entre os gêneros e não uma disputa de espaço ou habilidades. Não é o gênero que vai definir quem tem mais autoridade em sala de aula, esse fator independe do fato de ser homem ou mulher, professor ou professora.

Em suma, o professor José afirmou que não sofreu tanto com os preconceitos referentes à sua profissão pelo fato de ser do sexo masculino, talvez não tenha sofrido tanto porque sempre atuou no final da primeira fase do ensino fundamental, ou seja, 4º e 5º ano. No entanto, ele disse que sofre com a desvalorização da sua profissão, tanto a desvalorização humana quanto salarial. Libâneo (2002), através de seus estudos, justifica que os baixos salários oferecidos e a formação ainda precária são descréditos que desprestigiam o profissional docente. Na verdade essa desvalorização acontece independente de gênero, se trata, portanto de uma questão social, de como a sociedade enxerga a importância do

professor, bem como seu papel na sociedade. O professor José afirma que “ser professor é algo espinhoso, só é quem gosta”. Ele conta que sempre ouvia isso, inclusive durante toda a sua formação, e que até entende os preconceitos sociais com relação aos homens na profissão, principalmente pelo fato de que hoje a escola assume outras funções que vão além de mediar conhecimentos, assumindo obrigações que são do contexto familiar.

É evidente que nada justifica tais preconceitos, pois assim como a mulher, o homem tem seu papel definido dentro da família, e na sociedade atual a visão de que o homem é o provedor do sustento familiar já está ultrapassada, podendo ele, o homem, ser responsável e participar ativamente da educação e do cuidado dos filhos. Se em casa esses papéis podem ser compartilhados porque na escola precisam ser diferentes?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo e a reflexão desenvolvida no presente artigo, baseada na vivência de um professor que optou por exercer uma profissão vista pela sociedade como algo destinado apenas às mulheres, possibilitou a aproximação e o entendimento da realidade de um sujeito que passou a viver a mercê de atitudes preconceituosas provenientes de suas escolhas. É mais fácil pensar em alguém que prefira privar-se de suas vontades em virtude do meio social em que vive, do que pensar em alguém que enfrente a realidade em busca de seus objetivos. É nesse contexto, de enfrentamento, que as discussões de gênero, baseadas na ideia de equidade, vêm sendo ampliadas a cada dia, principalmente quando se trata de mulheres, já que esse público comumente é visto como inferiores com relação ao gênero masculino. O que não podemos esquecer é que, embora seja em uma proporção menor, o homem também é vítima de preconceitos dentro da perspectiva de escolha profissional, e não podemos ficar omissos diante de tal situação.

Sendo assim, no decorrer desse estudo, apontamos o contexto histórico da feminização do magistério na tentativa de justificar a prática de tantos preconceitos acerca da docência masculina na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental. Apontamos que o homem ainda se encontra invisibilizado na prática docente, considerando essas fases de ensino, embora, diante da amplitude dos diálogos acerca de gênero, atualmente ele não sinta tantos preconceitos como antigamente, porém, o preconceito social ainda persiste, principalmente quando se trata da educação infantil. Certamente tais preconceitos tomaram nova forma, não mais através da fala, mas sim através de gestos, de atitudes e até mesmo de olhares.

O caminho em busca da equidade entre homens e mulheres perpassam a compreensão de gênero como uma construção social que dita normas de comportamento e escolhas para tais sujeitos, normas estas que acabam aflorando desigualdades. Dessa maneira, da mesma forma que os padrões sociais são construídos eles podem/devem ser desconstruídos, como uma forma de atingir a tão importante igualdade de gênero. Portanto, nesse contexto a educação surge como facilitadora da quebra desses paradigmas, desempenhando um papel primordial para a formação de uma sociedade menos preconceituosa, menos discriminatória e mais justa e igualitária.

Consideramos que a observação e os questionamentos aqui expostos perpassaram a formação e atuação profissional de um professor, sujeito único. Contudo, é relevante que a atual pesquisa seja ampliada, alargando a extensão desse estudo de acordo com as possibilidades, podendo atingir o contexto familiar (pais, mães, avôs, avós, tios/as e demais referências familiares), bem como os próprios/as funcionários/as da instituição em que o participante da pesquisa leciona.

REFERÊNCIAS

AMÂNCIO, Lígia Barros. **Masculino e feminino: a construção social da diferença**. Lisboa: Edições Afrontamento, 1998.

ANDRÉ, M. E. D. A. **Estudo de Caso em Pesquisa e avaliação educacional**. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

BRASIL. **Lei de 15 de outubro de 1827**. In: LIMA, Nestor dos Santos. Um século de ensino primário. Natal: Typografia d' A República, 1927.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)**. 3º e 4º. Ciclos. Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 2004. 2v.

CARVALHO, Marília. **No coração da sala de aula: gênero e trabalho docente nas séries iniciais**. São Paulo: Xamã, 1999.

CATANI, Denice Bárbara, BUENO, Belmira Oliveira, SOUSA, Cynthia Pereira de. **Os homens e o magistério: as vozes masculinas nas narrativas de formação**. In: BUENO, Belmira Oliveira; CATANI Denice Bárbara; SOUSA, Cynthia Pereira de. **A vida e o ofício dos professores: formação contínua, autobiografia e pesquisa em colaboração**. São Paulo: Escrituras, 2000, p. 45-64.

_____. Denice Bárbara et al. História, Memória e Autobiografia na pesquisa educacional e na formação. In: CATANI, Denise Bárbara et al (orgs). **Docência, Memória e Gênero: estudos sobre formação**. 2 ed. São Paulo: Escrituras Editora, 2000, p. 13-46.

CUNHA, Amélia, T. B. da. **Sobre a carreira docente, a feminização do magistério e a docência masculina na construção do gênero e da sexualidade infantil.** IX ANPEDSul – Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul. FaE/UFPel. 2012. Disponível em [http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/Genero, Sexualidade e Educacao/Trabalho/12_46_31_2974-7468-1-PB.pdf](http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/Genero,_Sexualidade_e_Educacao/Trabalho/12_46_31_2974-7468-1-PB.pdf)

DESLANDES, S.F. et al. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Maria Cecília de Souza Minayo (org.). Petrópolis: Vozes, 1994.

ERDEN, Sule; OZGUN, Ozkan; CIFTCI, Munire Aydilek. **“I am a man, but I am a preschool teacher”**: Self- and social-perception of male pre-school teachers. *Procedia Social and Behavioral Sciences*, v. 15, 2011, p. 3199-3294. Disponível em: [sciencedirect.com](http://www.sciencedirect.com). Acesso em: 26/11/2012.

EUGÊNIO, Benedito G. **Narrativas de professores homens no magistério dos anos iniciais do ensino fundamental.** *Fazendo Gênero 9. Diásporas, Diversidades e Deslocamentos.* Florianópolis, Agosto/ 2010.

FERREIRA, José Luiz. **Homens Ensinando Crianças: continuidade-descontinuidade das relações de gênero na escola rural.** Tese de Doutorado. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, PB. 2008.

Gênero e Diversidade na Escola: Formação de professoras/es em gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais. Caderno de Atividades. **Módulo I – Gênero.** Rio de Janeiro: CEPESC, 2009.

Gênero e Diversidade na Escola: Formação de professoras/es em gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais. Livro de Conteúdo – Volume 1. **Módulo II – Gênero.** Versão 2009. – Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

JESUS, Saúl Neves de. **Motivação e formação de professores.** Coimbra: Quarteto Editora, 2002.

JOSÉ. **Gênero e Docência: O homem no magistério da educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental:** depoiment [Dezembro/2015]. Alagoa Grande/PB: Entrevista concedida a cursista Maria Elaine Almeida do Nascimento.

LIBÂNEO, José Carlos: **Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. **Mulheres na sala de aula.** In: PRIORE, Mary del (Org.). *História das mulheres no Brasil.* 5.ed. São Paulo: Contexto, 2001. p.443-481

NETO, O.C. et al. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Maria Cecília de Souza Minayo (org.). Petrópolis: Vozes, 1994.

ROSEMBERG, Fúlvia. **Expansão da Educação Infantil e processos de exclusão.** *Cadernos de Pesquisa*, n. 107, julho/1999, p. 7-40.

SAPAROLLI, Eliana Campos Leite. **Educador Infantil: uma ocupação de gênero feminino.** 1997. Dissertação de Mestrado (Resumo). PUC – SP.

_____. **A educação infantil e gênero: a participação dos homens como educadores infantis.** Psicologia da Educação, São Paulo, 6, 1º semestre 1998, p. 107-125.

SILVA, Débora T. **Relações de gênero e trabalho docente na educação infantil: um estudo de professores em creche.** Tese (Doutorado em Educação), UFRGS, Porto Alegre, 2006.

UNESCO. **O perfil dos professores brasileiros: o que fazem, o que pensam, o que almejam...** São Paulo: Moderna, 2004.

VILLELA, Heloísa de Oliveira Santos. **O mestre-escola e a professora.** In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 95 – 134

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA PMAG. Disponível em:
<http://www.alagoagrande.pb.gov.br/portal-da-transparencia> Acesso em: Out/2015.